



# Câmara Municipal de Mossoró

## Palácio Rodolfo Fernandes

Rua Idalino de Oliveira, S/N / Centro – CEP: 59600-135 – Mossoró / Rio Grande do Norte

Fone: (84) 3316-2600 / Fax: (84) 3316-4517 – CNPJ: 08.208.597/0001-76

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 41ª sessão ordinária do 5º período da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em 12 de julho de 2023. A mesa diretora tinha Raério Cabeção – 1º vice-presidente; Marckuty da Maisa – 1º secretário; Marleide Cunha – 2ª secretária. Foram lidos texto bíblico e ata da 33ª sessão ordinária, de 14 de junho, bem como pauta: Mensagem de Veto 05/2023 e Projeto de Lei Ordinária do Executivo 52/2023. Na tribuna popular, o senhor Katiano Alves da Silva, representante da Construtora Amorim Coutinho, anunciou investimentos no setor imobiliário mediante parceria com uma empresa local visando à construção de 192 apartamentos no bairro Aeroporto 2, com previsão de investimento da ordem de 192 milhões. Por fim, ressaltou satisfação em investir na sua cidade de origem, bem como celeridade inédita da Prefeitura na aprovação do empreendimento. No comentário, os vereadores Pablo Aires, Ozaniel Mesquita, Lucas das Malhas, Wiginiis do Gás e Costinha enaltecem investimentos na economia local, gerando renda, arrecadação e oportunidades de moradia em crescente área periférica, mediante parceria com importante empresa local. Todos foram convidados a posar para foto na entrega de moção de reconhecimento de autoria do vereador Pablo Aites. O pequeno expediente foi suprimido. No grande expediente, a vereadora Marleide Cunha afirmou que votou contra o Projeto de Lei do Executivo 56/2023, que institui o Prêmio IDEB, com a consciência de quem é professora, ressaltando que a educação pública não deve ser tratada como mercadoria nem com superficialidade, acrescentando que diversos estudos já apontaram que iniciativas visando à bonificação e premiação não funcionam porque não geram cooperação e trabalho em equipe, além do Prêmio não resolver problemas como a falta de bibliotecas, ar condicionado e computadores, o descumprimento do piso salarial e da progressão funcional, além da recusa em conceder licenças para qualificação. Em seguida, disse que a Lei 2710, de 2010, mais completa do que aquela aprovada no dia anterior, já estabelecia prêmios e honrarias para quem cumpria metas, somando-se a outros normativos. Em aparte, o vereador Ricardo de Dodoca parabenizou a gestão municipal pelo cuidado em preparar escolas para aparelhos de ar condicionado recentemente adquiridos, acrescentando que a colega, por razão pessoal e política, votou contra alunos da escola pública. O vereador Raério Cabeção disse que a colega sempre cobrou atualização da bonificação do 14º salário, acrescentando que a Prefeitura vinha recuperando escolas em situação precária, herança de gestões anteriores, além de criticar o trabalho do Governo do Estado na educação e ressaltar aprovação do prefeito. O vereador Genilson Alves disse que a valorização dos educadores se dá também pelos repasses previdenciário e remunerações em dia, infraestrutura das escolas, estando a cidade perto de testemunhar um dos maiores investimentos em educação na sua história, acrescentando perspectiva de cumprimento da “Lei de Responsabilidade Educacional”. Na sequência, afirmou que várias escolas receberam ar condicionado e outras estavam sendo preparadas, manifestando a perspectiva de que o prefeito faria história com seu trabalho pela educação. Retomando, a vereadora Marleide Cunha disse que alguns não entenderam seu pronunciamento, ressaltando que votaria contra o mencionado projeto quantas vezes fossem necessárias e explicando que a qualidade da educação não se faz com uma premiação que já existe em uma lei estabelecendo premiação anual, ao passo que a nova lei estabelece prêmio a cada dois anos, acrescentando que lhe parecia que para o prefeito “nada feito antes dele presta”. Em aparte, o vereador Omar Nogueira disse que a colega era muito atacada e que o vereador com mais mandatos sempre esteve “ao lado do Palácio”, sem fiscalizar. Em seguida, cobrou imparcialidade do presidente em exercício. O vereador Paulo Igo disse que, ao contrário de alguns colegas, não vota como o prefeito manda, tendo votado pela abstenção por falta de oportunidade de conhecer o

projeto do dia anterior. Depois, afirmou que faltou planejamento na compra de equipamentos e muitos perderiam a garantia antes da instalação, cobrando explicação sobre a falta de vagas escolares, motivando ação do Ministério Público. O vereador Costinha negou tratar a educação como mercadoria, apontando incoerência da colega Marleide Cunha e mencionando preservação do direito do anuênio para servidores municipais, contrariando “narrativa mentirosa” do sindicato. O vereador Lucas das Malhas disse que o projeto votado no dia anterior tinha uma folha e estava na Casa Legislativa há um mês, tendo votado porque tinha coragem e lado. Depois, afirmou que o projeto votado não era superficial, expressando orgulho em apoiar uma gestão que tinha a educação como principal bandeira. O vereador Marckuty da Maisa considerou “absurdo se reclamar de benefício” em uma rede escolar abandonada há muito tempo, acrescentando que parecia haver oposição exclusivamente interessada em desgastar a gestão municipal. O vereador Wiginis do Gás disse que houve voto contra a educação quando alguns votaram contra “pedido de autorização e crédito”, somando-se ao voto contra o “Prêmio IDEB”. Em seguida, rechaçou ataque do colega Paulo Igo no dia anterior, o que não condizia com o decoro parlamentar. O vereador Ozaniel Mesquita rejeitou incoerência dos que apoiaram a ex-prefeita ferrenhamente para hoje agirem como se ela não existisse, acrescentando que em gestões passadas também havia entrega de material escolar, reconhecendo, por outro lado, melhoria na entrega de uniformes. O vereador Tony Fernandes concordou que a existência de normativo anterior com bons parâmetros tornava desnecessária aprovação de projeto que sugeria “intenção de reescrever a história de Mossoró”, acrescentando consideração sobre incoerência de colegas que criticavam a gestão passada depois de terem se beneficiado dela e se omitido da fiscalização, além de terem votado um projeto obscuro e derrubado emenda sua ao pedido de autorização para contratar crédito em uma cidade que tinha diversas obras investigadas pelo Ministério Público. Por fim, disse que havia pirotecnia enquanto equipamentos para escolas estavam guardados há meses. Concluindo, a vereadora Marleide Cunha disse que a educação de qualidade se faz com escolas equipadas com material de informática, laboratórios e professores valorizados. O presidente dos trabalhos disse que expressou sua opinião em um aparte, o que era normal, acrescentando que na condição de presidente podia falar quando preferisse. Pela liderança de bloco, o vereador Didi de Arnor disse que a autorização para pagamento de adicional por tempo de serviço desfez mentira do sindicato, acrescentando que havia professores trabalhando contra os estudantes. Ele também lamentou voto contrário da colega Marleide Cunha ao “Prêmio IDEB” e seu apoio a maus profissionais, afirmando que alguns deveriam pedir desculpas pelas mentiras e combater a uma boa gestão. O vereador Lucas das Malhas disse que o colega que falou de incoerência foi incoerente ao retirar, em virtude de divergência política, apoio ao prefeito que elogiava. Em seguida, registrou pesar pelo falecimento do senhor Zenóbio Oliveira, servidor da Universidade do Estado. Foi respeitado um minuto de silêncio. Pela liderança da oposição, o vereador Tony Fernandes disse que pediu voto para o prefeito Allsyon Bezerra porque entendia ser necessário dar um fluxo à política de Mossoró vencendo uma velha oligarquia, recordando apoio no Legislativo durante um ano por entender que era possível mudar a realidade e que o rompimento se deu, além das razões políticas, por uma diferença de posicionamento em relação ao servidor público na reforma da previdência, acrescentando que a intransigência do prefeito era igual às práticas da velha política, somando-se à recusa a pagar emendas impositivas, à imposição de votações em urgências e uso de práticas midiáticas. Na sequência, disse que mantinha sua coerência com as ideias defendidas em campanha, não promovendo ataques pessoais ao prefeito nem a colegas, ao contrário do que vinha sendo praticado pela bancada governista, além de não se aliar a grupos políticos tradicionais, apesar dos convites. Exercendo direito de resposta, o vereador Paulo Igo disse que não atacou o colega Wiginis do Gás, lamentando que vereadores governistas, que eram maioria, promovessem ataques pessoais desnecessários e danosos. Por fim, declarou sua admiração e respeito ao colega. Ainda no grande expediente, o vereador Professor Francisco Carlos disse que esperou doze anos para ouvir reconhecimento à sua proposta envolvendo a “Lei de Responsabilidade Educacional”, o sistema de avaliação do ensino e a premiação por desempenho, que à época foi associada ao estímulo à competição e produtividade, expressando, por outro lado, satisfação em recordar que sua referência

foi a política educacional cearense e particularmente da cidade de Sobral, que conseguiu incluir mais de oitenta entre as cem melhores escolas do Brasil. Na sequência, ressaltou lançamento do “Prêmio IDEB” pela Prefeitura, que premiaria resultados de professores sem que houvesse comparações ou prejuízos a qualquer dos envolvidos e sem revogar legislação anterior sobre outra premiação, acrescentando que diversas leis vinham sendo recentemente regulamentadas pela secretaria de educação, com foco no que era reconhecido pelo Banco Mundial e no melhor da educação nacional. Ele também ressaltou o debate da citada lei em reunião sindical e disse que, diante de sua preocupação com o crescimento da despesa com pessoal e redução na área de investimento, ouviu de uma dirigente sindical que era “problema dele”. Em aparte, o vereador Costinha parabenizou coerência do colega na tribuna, acrescentando que a autorização para pagamento de adicional por tempo de serviço derrubava narrativa mentirosa sobre retirada de direitos dos servidores. O vereador Genilson Alves parabenizou o colega e enalteceu o trabalho do prefeito e da secretária de educação, promovendo transformação da realidade. A vereadora Marleide Cunha disse que em outra oportunidade explicaria ao colega Costinha a razão pela qual ele votou contra os servidores, acrescentando que não reconheceu que a “Lei de Responsabilidade Educacional está certa, mas que era uma lei que já existia e que gera concorrência, aniquila a cooperação e tem sérios efeitos colaterais”, sendo debatida em reuniões sindicais porque “é uma lei e tem que ser cumprida”, recordando que o colega na tribuna cobrava o pagamento de décimo quarto salário quando era da oposição, prática que esperava ver continuada considerando três anos sem pagamento. Acerca do debate em torno da meritocracia e do pagamento de bônus, afirmou que se discutia diferentes concepções do que significa qualidade na educação, quando na sua ótica a meritocracia tem muito mais efeitos negativos na educação pública, ao passo que a oferta de bibliotecas, condições de trabalho e equipamentos tecnológicos era capaz de melhorar resultados, acrescentando que o “IDEB não é um indicador individual”. Retomando, o vereador Professor Francisco Carlos disse que não havia estímulo à competição na legislação municipal e falar disso constitui erro conceitual. O vereador Ricardo de Dodoca disse que o sindicato era habituado a fazer baderna e não quis diálogo com o prefeito, acrescentando que a colega Marleide Cunha votou contra os estudantes da escola pública no dia anterior porque tinha problema pessoal com o prefeito e torcia pelo pior. O vereador Lucas das Malhas ressaltou participação no Conselho Municipal de Educação, que começou a discutir regulamentação da educação especial por iniciativa corajosa do prefeito. O vereador Didi de Arnor parabenizou o colega Francisco Carlos e lamentou posição contrária do sindicato, considerando a competição parte indissociável da vida e normal na educação. Concluindo, o vereador Professor Francisco Carlos disse que não viu nenhum colega desmerecer o passado político de outros, defendendo olhar para o futuro. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. Foi justificada ausência da vereadora Carmem Júlia. Depois de receber parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a Mensagem de Veto 05/2023 foi mantida à unanimidade dos presentes. A Redação Final do Projeto de Lei do Executivo 52/2023 foi aprovada com 13 votos favoráveis e sete abstenções. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.